

# A AÇÃO COLETIVA E SEUS INTÉRPRETES

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior<sup>1</sup>

**Resumo.** A intenção deste artigo é mapear a produção teórica e intelectual sobre ação coletiva. Para tal, serão analisadas as propostas de cinco pensadores que verteram esforços na compreensão do tema. Aqui serão discutidas as contribuições da Escola de Chicago, em especial a psico-sociologia e o interacionismo simbólico de Hebert Blumer, as clássicas abordagens marxistas sobre ação coletiva, Claus Offe e o olhar marxista sobre os novos modelos de ação coletiva, Charles Tilly e sua perspectiva de análise sócio-histórica sobre os movimentos sociais e Mancur Olson e as ações coletivas a partir de uma ótica racional. Enfim, o que se pretende é apresentar de modo comparado, as aproximações e as exclusões teóricas e práticas desses autores contemporâneos que refletem sobre as ações coletivas contemporâneas.

**Palavras-chave:** Ação Coletiva, Escola de Chicago, Claus Offe, Charles Tilly, Mancur Olson.

## Collective action and its interpreters

**Abstract:** This article intention is to give the theoretical and intellectual map production regarding collective actions. For such, we will analyze the propositions of five thinkers who have work for the better understanding of this question. We will discuss the contributions of the Chicago School, especially psic-sociology, and Herbert Blumer symbolic interactionism; the classical Marxists approaches on collective actions; Claus Offe and the Marxist point of view on the new models of collective actions; Charles Tilly and his social-historic perspective analysis about social movements; and finally Mancur Olson and collective action from a rational perspective. What we intend is to present comparatively the theoretical and practical similarities and exclusions of these contemporary authors who contribute with collective actions today.

**Key-words:** Collective Action, Chicago School, Claus Offe, Charles Tilly, Mancur Olson.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

## 1 Introdução

As abordagens sobre os movimentos sociais, desenvolvidas pelas Ciências Sociais, são estimuladas pelas mutações ocorridas nos grupos e em seus comportamentos coletivos e cooperativos, como já dizia George Hebert Mead. Para esse autor norte-americano, oriundo da Escola de Chicago, as razões que levam os seres humanos a buscar parcerias e cooperações ao longo das gerações não podem ser explicadas apenas por aspectos puramente fisiológicos. Para ele, a psicologia social e o interacionismo simbólico conseguiram capturar os motivos que levam os humanos a cooperarem uns com os outros.

Segundo Hebert Mead, a busca por organizações e modelos associativos acontece somente em dois casos: a) o ator individual percebe as ações e atos de outros e se identifica com elas; b) a partir disso, constrói suas respostas vinculadas aquele determinado grupo. Todavia, acrescenta o autor, para que ocorra o processo de cooperação entre as pessoas, de fato, seria preciso observar dois pontos cruciais: a) compreender as formas de ação do outro; b) conseguir acomodar o comportamento pessoal de acordo com os interesses coletivos (HAGUETTE, 2005).

Os comportamentos coletivos podem ser classificados como responsáveis pelas intenções dos outros envolvidos no processo de ação grupal. Tais intenções seriam transmitidas simbolicamente por gestos interpretáveis para aquele determinado grupo social (HAGUETTE, 2005). São esses gestos que articulam significativamente as relações entre diferentes pessoas, possibilitando um aprendizado social entre os grupos.<sup>2</sup>

Contudo, vale lembrar que a ação coletiva está ligada apenas a um campo de ação, o que quer dizer que ela vem sempre relacionada a um determinado local ou grupo de interesses que servem como condutores para sua realização. Assim sendo, a ação sempre se realiza a partir de situações próprias que acabam demandando a articulação de estratégias específicas por parte dos grupos envolvidos: “logo, a ação é construída através da interpretação da situação, consistindo a vida

---

<sup>2</sup> Refletindo sobre as relações sociais, escreve Teresa Haguette: “para Mead a relação dos seres humanos entre si surge do desenvolvimento de sua habilidade de responder seus próprios gestos. Esta habilidade permite que diferentes seres humanos respondam da mesma forma ao mesmo gesto, possibilitando a compartilhar de experiências, a incorporação entre si do comportamento. O comportamento é, pois, social e não meramente uma resposta aos outros” (2005, p. 28).

grupais de unidades de ação desenvolvendo ações para enfrentar situações nas quais elas estão inseridas” (HAGUETTE, 2005, p. 29).

Os primeiros apontamentos sobre as teorias de ação coletiva surgiram nos Estados Unidos, quase em paralelo com o desenvolvimento da Sociologia no país. A produção intelectual sobre o assunto não ficou circunscrita às academias americanas, embora seu amadurecimento e desenvolvimento tenham ocorrido em solo norte-americano.

É consensual admitir que a *Escola Sociológica de Chicago* e suas pesquisas sobre ação coletiva e interação simbólica tiveram um longo período de prevalência: do fim do século XIX até meados dos anos 60 do século XX. Porém, como admite Maria da Glória Gohn (2004), ela não foi homogênea nem linear: houve diferentes fases, com ênfases teóricas diversas. Pelo menos cinco linhas de pesquisa podem ser elencadas e todas elas possuíam um núcleo aglutinador comum, qual seja: as teorias da ação social e coletiva e a tentativa de compreensão dos comportamentos coletivos<sup>3</sup> (GOHN, 2004).

Sendo a busca pelos comportamentos coletivos a principal meta a ser realizada, um enfoque sociopsicológico<sup>4</sup> era utilizado como recurso interpretativo, enfatizando, sobretudo, aspectos relacionados às ações coletivas institucionais e não-institucionais. A citação que se segue parece contribuir para o esclarecimento da utilização dessa metodologia que unificava as Ciências Sociais e a Psicologia:

A mente é concebida por Mead como um processo que se manifesta sempre que o indivíduo interage consigo próprio usando símbolos significantes. Esta significância ou sentido é também social em sua origem [...]. Da mesma forma a mente é social tanto em sua origem como em sua função, pois ela surge do processo social de comunicação (HAGUETTE, 2005, p. 27).

Os movimentos e as ações sociais eram compreendidos como ciclos evolutivos, que se manifestavam, desde sua origem, através de

---

<sup>3</sup> Enfatizando a busca pela compreensão dos comportamentos coletivos, Haguette (2005) observa que a sociedade era analisada como um processo de inter-relação com os indivíduos pertencentes a ela. Além do mais, o comportamento humano era considerado como parte fundamental e necessária para manutenção da dinâmica social e grupal.

<sup>4</sup> Hebert Mead (1863-1931) e, mais tarde, Hebert Blumer, em 1937, utilizaram largamente de conceitos oriundos da psicologia, adaptando-a para questões relacionadas com o meio social. Para os dois, os aspectos subjetivos do comportamento humano são partes imprescindíveis da formação e manutenção do *self* social e de seu grupo social de origem.

processos comunicativos utilizados como atrativos. A procura por tais grupos acontecia, na maioria das vezes, devido a situações de desespero emocional e instabilidade financeira gerados por transformações nos processos produtivos e industriais. Nota-se a preocupação com questões de cunho psicológico e social, fato que justificava a utilização de metodologias sociopsicológicas na tentativa de alcançar as reações individuais dos participantes dos grupos sociais.

Maria da Glória Gohn (2004) argumenta que os comportamentos e as ações coletivas eram considerados, pela abordagem tradicional norte-americana, oriundas de tensões e conflitos sociais. Em outras palavras, os movimentos sociais surgiam em função de crises institucionais e debilidades sociais.<sup>5</sup>

A autora destaca que existem pelo menos cinco grandes linhas teóricas de abordagem clássica que discutem os movimentos sociais e coletivos. Ela esclarece que o agrupamento das correntes obedeceu a critérios próprios, organizados da seguinte forma: três receberam o título de movimentos sociais, enquanto as duas restantes foram concebidas como ações coletivas (GOHN, 2004).

A primeira teoria sobre as ações coletivas surgiu com a Escola de Chicago no início do século XX, quando marcadamente pesquisas sobre as cidades tiveram o seu início e, conseqüentemente, sobre os movimentos sociais resultantes dos conflitos urbanos. A principal metodologia utilizada era o interacionismo simbólico de Hebert Blumer (GOHN, 2004).

A segunda linha de pensamento surgiu um pouco mais tarde: entre o final dos anos 40 e o começo dos anos de 1950. O que caracteriza essa corrente, segundo Gohn (2004), é o desenvolvimento das teorias sobre as sociedades de massas, que concebiam os movimentos sociais como formas irracionais de comportamentos coletivos.

A terceira etapa teve predominância entre os anos de 1950, articulando classes e relações sociais de produção. Sua intenção era criar uma teoria que conseguisse abarcar tanto os movimentos sociais quanto as reivindicações partidárias (GOHN, 2004).

---

<sup>5</sup> De acordo com Gohn: "a idéia de anomia social estava sempre muito presente, assim como as explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra de ordem social vigente. Estes elementos, aliados às ideologias homogeneizadoras, eram precondições importantes para emergência dos movimentos sociais" (2004, p. 24).

A quarta corrente teórica foi criada a partir de uma mescla entre as abordagens da Escola de Chicago e a teoria de ação social de Parsons (GOHN, 2004). A importância dessa concepção foi a realização de um longo trabalho sobre as ações coletivas, quando foram destacados desde os elementos mais básicos dos comportamentos sociais até as mais apuradas e refinadas formas ações coletivas. Gohn (2004) argumenta que a corrente retomou as pesquisas com as metodologias voltadas para a construção psicossocial, em detrimento dos vínculos entre as estrutura sociais e a política.

A última linhagem de abordagem clássica recebe o nome de organizacional-institucional. Apesar de ter contribuído para a desarticulação do paradigma clássico sobre os movimentos sociais, não se solidificou eficazmente. Somente nos anos de 1990, novamente passa a ser retomada (GOHN, 2004).

Deste momento em diante, alguns autores – e suas respectivas teorias – que têm como meta de pesquisa a idéia de ação coletiva, serão discutidos de modo mais verticalizado. Cumpre ressaltar que, para abordar os diferentes enfoques sobre o mesmo tema, será feita uma opção de recorte. Entretanto, não há como discutir conceitos sobre os movimentos sociais sem antes rememorar a Escola de Chicago e o interacionismo simbólico.

## **2 A Escola de Chicago e a inauguração das teorias sobre ação coletiva**

Escrever acerca da produção sociológica sobre os movimentos sociais e suas ações coletivas sem mencionar a Escola de Chicago é algo impensado, pois foi através dela que a Sociologia se constituiu enquanto disciplina de talhe científico. Por Escola de Chicago entende-se um conjunto de trabalhos e pesquisas realizados por professores e estudantes daquela instituição de ensino. A marca indelével da Escola será o incremento e o incentivo pela pesquisa de campo e empírica, voltada à solução de problemas estruturais da cidade.<sup>6</sup>

Por esse prisma, a Escola de Chicago desenvolveu metodologias de estudo e de trabalho voltadas principalmente para uma Sociologia Urbana, que procurava desvendar os problemas que a cidade de Chicago enfrentava, principalmente quando se tratava de uma intensa

---

<sup>6</sup> Sobre essa forte tendência, Alain Coulon comenta: “ao contrário, a tendência empírica será marcada pela insistência dos investigadores em produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos” (1995, p. 8).

imigração que, à época, ocorria na cidade e nos Estados Unidos de um modo em geral.

Entre as principais contribuições trazidas pela Sociologia de Chicago, talvez a mais importante, foi a inovação no trato com as fontes documentais. Os pesquisadores da instituição desenvolveram trabalhos a partir de documentos até então considerados pouco usuais, como cartas, fotografias, diários pessoais, mapas, entre outras fontes de pesquisa.<sup>7</sup> Percebia-se uma forte predileção pela metodologia Qualitativa que se fortalece principalmente após a Segunda Grande Guerra.

O enfoque pretendido pelas produções acadêmicas resultava na reflexão acerca da interação entre o indivíduo e a sociedade. Para tal, eram utilizadas pelo menos duas metodologias: o pragmatismo e o interacionismo simbólico. A primeira analisava a atividade humana e suas ações em sociedade por três dimensões, que acreditavam inseparáveis: a biológica, a psicológica e a ética (COULON, 1995). Já a segunda metodologia buscava inserir, em cores vivas, a natureza simbólica da vida social dos seres humanos, destacando as significações sociais produzidas pelas relações interativas dos agentes executores<sup>8</sup> (COULON, 1995).

Todos os elementos articulares da Escola de Chicago concebiam o conflito social como inevitável e natural, uma vez que era originário do choque entre os diferentes estratos sociais e culturais (GOHN, 2004). Gohn mostra que os líderes grupais não seriam os responsáveis pela explosão dos conflitos. Todavia, teriam uma função imprescindível: organizar, da melhor forma possível, todos os envolvidos no processo. Graças à intervenção da “liderança esclarecida”, surgiam os movimentos sociais.

Os movimentos sociais não seriam, relativiza Gohn (2004), causados pelos líderes, mas pela situação de confronto que se estabelecia entre as camadas populares. Caberia aos líderes, catalisar as demandas e os clamores, transformando-os em organismos sociais que teriam a função de equacionar os possíveis atritos entre as esferas sociais. Contudo, continua Gohn (2004), a função dos líderes seria promover as mudanças estruturais, acomodando-as organizadamente

<sup>7</sup> Vale acrescentar, a título de curiosidade, que a História viveu sua revolução documental a partir de 1929, com a fundação da *Escola dos Annales*.

<sup>8</sup> Reafirmando a metodologia interacionista empregada pela Escola de Chicago, Gohn admite que: “deveriam ser utilizados estudos comparativos e investigações sobre as condições particulares ocorridas onde se desenvolviam processos interacionistas, destacando-se aquelas relacionadas com a participação criativa dos indivíduos. O elemento da criatividade, visto como inerente aos indivíduos, era um dos pressupostos básicos da Escola” (2004, p. 27).

na sociedade, evitando, com isso, confrontos mais sérios e problemáticos entre os diversos grupos envolvidos. É bastante nítido que as pesquisas de Chicago apontavam as lideranças populares como instrumentos diretos de coesão e controle dos clamores originados dos movimentos sociais. Assim sendo, pregavam a constituição de líderes preparados para exercerem a função que lhes era delegada pela população:

Ou seja, o líder era um instrumento básico de unidade, da acomodação, da reforma. Os problemas surgiam quando os movimentos sociais não conseguiam ser controlados por seus líderes, dando origem a descaminhos na direção do movimento. A solução seria buscar, cada vez mais, formar lideranças responsáveis (GOHN, 2004, p. 29).

O componente educacional era fundamental em todo esse processo, como deixa transparecer o trecho de texto citado. Os líderes precisariam estar preparados para os desafios que iriam encontrar ao longo da jornada. Por isso mesmo, juntamente com as instituições sociais, a educação era outro elemento prioritário para os pesquisadores da Escola de Chicago.

Entretanto, vale ressaltar que a educação concebida não se restringia somente aos bancos escolares: ela ia muito além, era bastante informal e se difundia cotidianamente nas ações feitas em sociedade e na vida urbana (GOHN, 2004). Os conflitos seriam, acima de tudo, considerados como escolas de cidadania que permitiriam a construção de aspectos voltados à criatividade dos indivíduos e em suas relações com o meio social que integravam.<sup>9</sup>

A metodologia de trabalho e pesquisa desenvolvida pela Escola de Chicago, resumindo, foi uma das responsáveis pelo amadurecimento teórico e empírico de pesquisas que tinham como foco central a idéia de ação coletiva. A partir do experimento metodológico, forneceu subsídios — até então pouco usuais, que enriqueceram as formulações sobre os movimentos e ações sociais — através da utilização de fonte.

---

<sup>9</sup> Segundo Gohn: “a criatividade e o individualismo eram coerentes com o desenvolvimento do processo e parte dele. Estes pressupostos tiveram grande repercussão nas políticas de desenvolvimento comunitário do pós-guerra e estiveram na base de várias propostas de educação popular da América Latina nos anos 70 e 80” (2004, p. 30).

### 3 As abordagens clássicas marxistas sobre as ações coletivas

Embora o desenvolvimento de uma teoria consistente sobre os movimentos sociais e ações coletivas, nas suas mais variadas acepções, não tenha sido uma das preocupações centrais de Karl Marx<sup>10</sup>, é inegável a sua contribuição, seja direta ou indireta, para o tema. A partir de Marx é que se desenvolvem sistemáticas teorias sobre os movimentos sociais e suas ações coletivas.

“O Capital” foi a mais expressiva obra de Marx voltada para o entendimento das questões relacionadas ao desenvolvimento capitalista no século XIX e suas conseqüências para a sociedade e as ações coletivas. O que fica claro, com a publicação desse clássico do pensamento social, é a compreensão do trabalho humano como mercadoria. É a partir dessa articulação que Marx explica as facetas do desenvolvimento social capitalista. A mais-valia juntamente com o aumento no tempo (mais-valia absoluta) e o aumento no ritmo do trabalho (mais-valia relativa), seriam formas de acumulação de capital impostas pela burguesia industrial, com o claro objetivo de desarticular os movimentos sociais e operários.

As reflexões sobre o desenvolvimento capitalista e industrial, naturalmente, levaram Marx a discutir as noções de classe e práxis social.<sup>11</sup> Estes dois pontos são, com certeza, os epicentros de suas análises sobre ação coletiva.

Em algumas de suas obras, Marx faz alusões aos movimentos sociais como prováveis estopins de um projeto radical de transformação na estrutura da sociedade. A superação da histórica condição de exploração seria realizável pela práxis política que, em última instância, dependia da formação da consciência de classe e de uma ideologia adquirida pela vivência e maturidade política. A aquisição da consciência classista seria possível pela retomada/valorização de todas as ações coletivas, como se pode notar pela seguinte citação:

---

<sup>10</sup> De fato, as ações coletivas e os movimentos sociais nunca foram umas das maiores preocupações do autor. Ou seja, Marx não formulou uma teoria sobre as ações coletivas e os movimentos sociais do século XIX. Seu foco central de estudo foi o desenvolvimento capitalista e industrial. Sua intenção era tentar compreender os processos de acumulação e desenvolvimento capitalista. Para tal desenvolveu em “O Capital”, análises sobre a mercadoria e os efeitos sociais advindos dela.

<sup>11</sup> *Práxis* refere-se às ações coletivas realizadas em sociedade, de modo livre, universal, criativa. É através da *práxis*, completa Marx, que o homem transforma o mundo que o rodeia e a si mesmo, diferenciando-se dos demais. Desse modo, torna-se um ser da *práxis*, concebida como o conceito central da tese marxiana (BOTTOMORE, 1993).

Marx defende ainda o ponto de vista de que todas as formas de luta, experiências embrionárias e particulares de organização sindical devem ser recuperadas — como as greves, as ligas e uniões —, precisamente pelo sentido geral de conteúdo político e revolucionário que indicam, não no futuro abstrato, mas no presente histórico de seu desenvolvimento, como processo único, vivo e complexo (GOHN, 2004, p. 178).

Não obstante, não é uma tarefa fácil definir precisamente o conceito de classe social para o marxismo. Nem sequer o próprio Marx se preocupou em teorizar a respeito de movimentos e classes sociais. Seus objetivos eram outros e a discussão sobre classes sociais não fazia parte de seus intentos teóricos, embora retome o tema em alguns escritos esparsos.

Um alerta é feito por Marcelo Ridenti (2001): Marx, muitas vezes utiliza o conceito de classe social para definir diversas e diferentes formas de organização popular. Isto é, emprega o termo em situações que, muitas vezes, não são correspondentes.<sup>12</sup> Em outras palavras, o termo é utilizado para designar grupos sociais não semelhantes que convivem em sociedade, relacionando-se e lutando por ideais particulares, criando com isso relações de conflito, exploração e dominação entre os atores envolvidos (RIDENTI, 2001). Sendo assim, as classes<sup>13</sup> podem ser visualizadas em sociedades mais desenvolvidas do ponto de vista econômico, nas subdesenvolvidas, nas mais modernas, nas mais atrasadas e assim por diante.

Edward Thompson e parte dos revisionistas ingleses percebem classe social como uma categoria histórica, derivada de processos sociais e conflitivos estruturados através do tempo. Portanto, não é possível, segundo Thompson, teorizar sobre o conceito de classe social como um fenômeno global e imutável.

---

<sup>12</sup> Esclarece Sedi Hirano (1988) que Marx adotou o termo em diferentes momentos e sentidos: "genérico-abstrato"; "específico e particular". Assim comenta o autor: "no primeiro são realçadas as determinações comuns e gerais pertencentes a todas as épocas, no segundo o fenômeno específico determinado pela produção capitalista moderna" (HIRANO, 1988, p. 82).

<sup>13</sup> Vale lembrar que, seguindo a tradição do marxismo, classes sociais só existem em sociedades em que o capitalismo industrial encontra-se consolidado. Dessa maneira, duas classes antagônicas tornam-se perceptíveis: de um lado, a burguesia que investe no capital e concentra a propriedade dos meios de produção, e, do outro lado, seu contraponto, a classe proletária que é obrigada a vender sua força de trabalho, uma vez que se encontra alienada da posse dos meios de produção. Todavia, os operários, segundo a visão clássica marxista, só podem ser considerados como classe quando se agrupam em sindicatos, associações ou partido políticos, com o intuito de lutarem eficazmente contra a exploração burguesa.

Nesse sentido, Thompson (2001) discorda de Marx e de seus intérpretes estruturalistas ao mostrar que é falso pensar a noção de classe social como uma categoria estática, tanto do ponto de vista sociológico como heurístico. O historiador inglês mostra que não é possível falar em classe social sem mencionar as pessoas ou os múltiplos grupos que dela fazem parte. Eles entram em contato uns com os outros através de processos de luta que, para Thompson (2001), acontece no âmbito cultural, modificando radicalmente as antigas estruturas e as antigas relações de classes herdadas.

Mais uma vez, tomando como referência “O Capital”, Marx expõe a existência de três grandes categorias de classe social. Cada uma delas, a seu modo, desenvolve relações em sociedade e diferentes formas de ação coletiva. Sinteticamente, as classes são divididas da seguinte forma: capitalistas, proprietários rurais e trabalhadores assalariados urbanos. Rigorosamente seriam essas as únicas classes sociais para Karl Marx.

Observa-se, portanto, que essas três seriam as únicas classes oriundas do desenvolvimento capitalista e industrial. Elas são, de acordo com Ruy Fausto (1987), as expressões mais tangíveis da relação de classe e de produção, pois se solidificaram como agentes expressivos dessa forma de relação. Não obstante, embora Marx não explicita em “O Capital”, existe, ainda, uma classe social à margem dos três grandes grupos aqui mencionados: o lumpenproletariado – composta normalmente por aquelas pessoas totalmente excluídas das relações de classe, como as prostitutas, os mendigos e outros.

Em resumo, as manifestações de classe, refletidas em suas formas de ação coletiva, dependem, para Marx, sobretudo de uma práxis construída no interior de entidades representativas. Por sua vez, elas seriam responsáveis pela construção e aquisição da consciência coletiva e individual. Ao que parece, a ação da classe operária deveria passar obrigatoriamente pela constituição de um coletivo operário “livre e igual”, com o rompimento do capitalismo industrial e com as formas de exploração dele advindo.

Enfim, a ruptura definitiva com as formas de exploração capitalista estaria genuinamente associada ao poder de luta e mobilização dos trabalhadores organizados, como demonstra Ridenti:

O futuro político não estaria predeterminado para Marx, nem seria totalmente indeterminado. Ele dependeria de uma competição entre os possíveis históricos não equivalentes, a História teria um sentido imanente

potencial, a saber, a ruptura com a exploração de classe, que dependeria da capacidade de luta da classe trabalhadora, da práxis coletiva (RIDENTI, 2001, p. 28).

A citação explícita, de certo modo, as análises de Marx sobre os movimentos sociais e suas formas de ação coletiva, empreendidas contra a burguesia industrial e contra o capitalismo. Apesar de não ter teorizado formalmente a respeito da temática, suas reflexões abriram caminhos para que seus seguidores pudessem, a partir das obras marxianas, articular teorias relativas aos movimentos sociais e às ações coletivas.

É imprescindível acrescentar que Marx deu uma contribuição incomparável para o entendimento do capitalismo moderno. Todavia, as teorias marxistas deterministas sobre classe social são analiticamente muito pobres. A clássica questão de “classe em si e para si” apresenta-se como uma concepção puramente teleológica e de pouca aplicabilidade empírica. Tal crítica é compartilhada pela Escola Marxista Revisionista Inglesa e em especial por Thompson, que argumenta da seguinte forma:

Pois, se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletário, então não pode se definir assim [...]. Por meio de análises e definições similares, logramos descobrir as insuficiências escondidas sob o uso do termo classe operária, podendo reexaminá-lo (THOMPSON, 2001, p. 275-276).

Todavia, as análises de Marx abriram caminho para a criação de outras, sejam elas feitas por críticos ou por seus seguidores. Sua importância é inegável e inquestionável.

#### **4 Claus Offe e as novas abordagens marxistas sobre as ações coletivas**

Seguindo as tradições clássicas da sociologia marxista, Claus Offe desenvolve estudos referentes à crise da sociedade capitalista e do trabalho. Esse autor alemão, assumidamente marxista, incorpora novos elementos — como, por exemplo, aspectos socioculturais — às suas análises sobre a conjuntura sociopolítica no capitalismo avançado.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Referindo-se às abordagens de Offe, expõe Gohn: “ao contrário de Touraine — que prioriza a análise sociocultural — e de Melluci — que prioriza a psicossocial —, Offe prioriza a análise política, fazendo articulações entre o campo político e o sociocultural” (2004, p. 164).

Pelo fato de apresentar uma nova visão às tradicionais abordagens marxistas, Offe é considerado um autor neomarxista ou pós-marxista. Ele avança em alguns pontos deixados de lado pela Escola de Frankfurt, principalmente no que concerne à teoria crítica de Habermas (GOHN, 2004).

Elegendo a Alemanha — seu país de origem — como local privilegiado para seus trabalhos, Claus Offe desenvolveu estudos que priorizavam o debate sobre a decadência do *Welfare State* e o desenvolvimento da crise capitalista, além das incertezas dos partidos políticos ocidentais e autoritários. Refletiu também sobre a transição que assolava a esquerda européia, assim como sobre os problemas estruturais e as perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Em cada uma dessas múltiplas áreas de análise, tentava incorporar fatores dialéticos, materiais e simbólicos. A observação de Offe parece bastante providencial:

Um novo subjetivismo sociológico, evidenciado em uma série de abordagens interpretativas que representam mais que um mero modismo, pesquisando o cotidiano, analisando a vida e o espaço vital, rompe evidentemente com a concepção de que as experiências feitas na esfera do trabalho e nas condições aí predominantes possuiriam um poder de alguma forma privilegiado na determinação da consciência e da ação sociais (OFFE, 1989, p. 17).

Caracterizando a transição capitalista como desorganizada e conflituosa, Offe (1989) demonstra, ancorado em Habermas, que a situação do trabalhador nesse contexto é mais variável e dependente das políticas estatais e de trabalho no campo social, e menos das artimanhas empresariais e da automatização e racionalização da produção que sacrificam aquele que vive do trabalho.

Parte de sua abordagem sobre as esferas do trabalho mostra que ele normalmente é constituído por forças externas ao próprio trabalhador, o que pode gerar dúvidas quanto à eficiência das análises macro-sociológicas clássicas referentes às estruturas de formação das classes sociais (OFFE, 1989). O autor ainda argumenta que esse tipo de pesquisa frequentemente gera limitação dos modelos de sociedade “centrados no trabalho”, que são sublinhadas genericamente nas análises que evidenciam apenas o aspecto socioeconômico. Normalmente, comenta Offe (1989), as variáveis que incidem sobre esse mo-

delo de estudo são inapropriadas para uma assimilação completa das sociedades industriais do Ocidente.

Existem algumas formas de conflito e ações coletivas nas sociedades industriais que ultrapassam os limites estreitos das abordagens tradicionais que destacam apenas os aspectos econômicos e estruturais como fim último. O autor alerta que existem situações e formas de conflitos sociais e políticos e que as ações coletivas ultrapassam as percepções estabelecidas por algumas teorias sobre o trabalho e o capital. Offe (1989) deixa claro que essas formas peculiares de conflito ocorrem normalmente quando existe uma mescla de frentes de conflito referenciados pelo trabalho com conflitos não referenciados pelo trabalho.<sup>15</sup>

Observando os cenários atuais de publicação e pesquisa nas ciências sociais, Offe (1989) observa que parte considerável dos trabalhos centrados nos debates sobre os modelos de ação coletiva no capitalismo industrial e sobre a atividade remunerada nesse contexto assenta-se em bases intelectuais conservadoras.

Segundo o autor alemão, cientistas sociais “filiados” ao materialismo histórico ou à teoria crítica mostram, de modo incisivo, que os trabalhos clássicos da Escola de Frankfurt abandonaram premeditadamente as análises centradas nas estruturas, nos conflitos e nas perspectivas de desenvolvimento do trabalho social, para dedicarem-se a um “espaço vital” a ser protegidos de usurpações econômicas e políticas (OFFE, 1989).

Todavia, continua Offe (1989), apesar das abordagens sinalizarem progressos efetivos, é necessário, por outro lado, considerar os problemas resultantes das conjunturas políticas e econômicas como objetos da pesquisa sociológica. Ainda é necessária, para o autor, uma justificativa intelectual sobre o deslocamento do ângulo de interesse da pesquisa sobre as ações coletivas.

Em concomitância com esses diferentes modelos teóricos de análises, aparecem os denominados “novos movimentos sociais”, que utilizam diferentes estratégias de ação coletiva. Parte considerável dos militantes é constituída por pessoas com nível cultural elevado, bem informadas e que não possuem histórico de militância em outros

---

<sup>15</sup> É assim que o autor mostra essas novas modalidades conflitivas e de ação coletiva: “no máximo, poder-se-ia falar de uma situação mesclada, onde frentes de conflito referidas ao trabalho se cruzam com outras frentes de conflito não referenciadas ao trabalho; o que de qualquer forma ressalta o ‘meta-conflito’, não menos teórica e politicamente explosivo, sobre os quais seriam então as contradições predominantes” (OFFE, 1989, p. 18).

movimentos políticos, mas que lutam por objetivos comuns. Assim sendo, as novas demandas sociais e ações coletivas não se restringem apenas aos ativistas; elas se fragmentaram pela sociedade como um todo.

Não obstante, Offe (1989) revela que o comportamento dos novos ativistas sociais pode ser classificado como extra-institucionais, uma vez que não atuam em nome de uma doutrina política definida como revolucionária. O princípio motivador da criação dos novos movimentos sociais surgiu a partir de problemas ideológicos encontrados na vida cotidiana e da construção de uma identidade coletiva desses novos atores sociais, que buscavam a complementação dos seus direitos sociais e democráticos (GOHN, 2004). Por isso mesmo, completa Offe (1989), reivindicavam junto às elites políticas dirigentes questões que são particulares e de interesse restrito àquele determinado tipo de movimento.

Conseguindo perceber diferenças ideológicas e estruturais entre os tipos de ação coletiva, o autor dividiu os movimentos em dois paradigmas distintos, que expressariam a concepção política de cada um deles. A divisão obedeceria ao seguinte critério: o tradicional, que se iniciou após a Segunda Grande Guerra, e o recente, surgido a partir da década de 1970 (GOHN, 2004).

O que caracterizava o primeiro momento, representado pelo *Welfare State*, eram as políticas de promoção da seguridade social, cabendo aos atores sociais envolvidos no processo atuarem como grupos de interesse econômico. Essa atuação poderia ser pensada de duas maneiras: internamente, nas organizações, associações representativas ou, externamente, em intermediações corporativistas de interesses grupais e na competição eleitoral entre partidos políticos (GOHN, 2004).

Por outra parte, o novo modelo de ação coletiva, apresentado nos anos de 1970, é constituído de uma miríade de instituições que buscavam conquistas particulares, voltadas para suas áreas de interesse. O conjunto das diferentes formas de ação coletiva recebeu o nome genérico de *novos movimentos sociais*. Entre eles, pode-se lembrar de alguns, tais como: movimento de estudantes, movimento de mulheres, de homossexuais, pela liberação sexual, movimento verde, de minorias, pela paz, entre tantos (GOHN, 2004). Como dito anteriormente, os novos movimentos sociais se constituíram em espaços políticos não-

institucionalizados, que transbordam o Estado de Bem-Estar Social, reinventando uma nova forma de atuação.<sup>16</sup>

Em síntese, o argumento central de Offe mostra que os novos movimentos sociais e seus empreendimentos coletivos surgem como respostas estruturadas dentro de uma recente ordem. Seus desejos incontidos de expressão procuram reconhecimento com interlocutores responsáveis e credenciados a atuarem na esfera pública e privada em nome daqueles que representam. Compartilhando a mesma idéia com Richard Sennett (2006), Offe mostra que os novos movimentos sociais funcionam como críticos audazes do processo de modernização forçada em pauta na cultura do novo capitalismo.

## 5 A ação coletiva sob a perspectiva sociohistórica de Charles Tilly

Charles Tilly é atualmente um dos pesquisadores mais revisitados na área das Ciências Sociais. Sua produção acadêmica passa por temas como ação coletiva, formação dos Estados Nacionais europeus, metodologia e teoria da história, cidadania e urbanização.

Monsma (1996) argumenta que um dos pontos altos da produção teórica de Tilly foi o estabelecimento de conexões entre a Sociologia e a História. Em dois estudos – “As sociology meets history” (1981) e “Big structures, larges processes, huge comparisons” (1985) – discute a importância de aproximação entre as duas ciências. Entre os argumentos levantados por Tilly, o mais conspícuo foi mostrar que os historiadores, especialmente os marxistas revisionistas ingleses, como Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Albert Soboul e outros, já utilizavam teorias e métodos originalmente voltados às Ciências Sociais. A recíproca entre a Sociologia e a História era verdadeira, dizia o autor, pois as principais teorias sobre os processos de modernização, utilizadas pelos sociólogos, tinham como base a História (MONSMA, 1996).

Com a publicação, em 1978, do seu consagrado “From mobilization to revolution”, Charles Tilly incorpora novas abordagens

---

<sup>16</sup> Sobre os *novos movimentos sociais* e seus valores, diz Gohn: “os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade em oposição a formas de controle centralizadas. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não-convencionais ocorre não por desconhecimento das formas convencionais, mas por negá-las ou por conhecer suas limitações” (2004, p. 167).

sobre os comportamentos e as ações coletivas, que se tornaram referências para os estudiosos da área. Nessa obra, Tilly procura trabalhar com as teorias sobre ação coletiva a partir das obras de Marx, Weber e Durkheim, não se restringindo somente aos três clássicos das Ciências Sociais. Ele congregou novos elementos teóricos ao seu estudo. Por exemplo, para compreender como as mudanças nas estruturas sociais afetavam as formas de ação coletiva, recorreu aos historiadores marxistas da escola inglesa – Hobsbawm e Thompson – assim como a Escola dos Annales, principalmente às concepções de longa duração de Fernand Braudel.

A preocupação central era perceber se as transformações nas estruturas sociais afetariam as ações coletivas diminuindo seu impacto junto à sociedade.<sup>17</sup> Caso o poder de barganha dos movimentos sociais diminuísse em consonância com as transformações coletivas e estruturais, os resultados políticos visíveis desses grupos seriam, certamente, o retrocesso ou a completa estagnação de suas ações. Pois bem, com esse raciocínio, Tilly classificou as mobilizações em ofensivas e defensivas, dependendo do grau de comprometimento dos movimentos sociais executores.

O sucesso das mobilizações era o resultado das formas como os movimentos sociais se organizavam. A conformação dos grupos era sistematicamente lembrada pelo autor como um importante fator responsável pelo sucesso das ações coletivas. Tilly lembra que as organizações podem apresentar diferentes nuances: confederações de trabalhadores, organizações estudantis, grupos de amigos, movimento de bairro, partidos políticos e outros. Portanto, são as conexões entre os integrantes de um mesmo grupo que permitem a ação coletiva (MONSMA, 1996).

Utilizando recursos investigativos próprios, o autor desenvolve critérios de estudo sobre as ações coletivas, priorizando dados quantitativos, arquivos e jornais. Porém, sua inovação acontece quando utiliza dados quantitativos em seus estudos sobre as greves, as rebeliões, os motins e outras formas de ação coletiva. O uso da metodologia quantitativa visava aprimorar hipóteses de trabalho que não conseguiam ser respondidas pelos métodos tradicionais. As trans-

---

<sup>17</sup> Vale lembrar que Charles Tilly concebia as mobilizações como movimentos amplos que não se restringiam somente a rebeliões ou atos terroristas. Para ele, as ações coletivas vão desde manifestações pacíficas, marchas, a demandas públicas. Ele conclui que as ações coletivas não são apenas movimentos políticos contrários à ordem política, econômica e social estabelecida. São também as movimentações de pessoas sem histórico partidário que se manifestam por objetivos comuns.

formações nas estruturas sociais e seus reflexos nos resultados das ações coletivas, as alterações sociais com o capitalismo industrial e o significativo aumento das organizações sociais foram mais bem compreendidos, para Tilly, com o uso de dados quantitativos (MONSMA, 1996).

Outra abordagem usual nos projetos acadêmicos do autor é o trabalho histórico comparativo sobre as ações coletivas. Tendo como referência os séculos XVIII e XIX, Tilly evidencia as alterações nas formas de mobilização política dos atores sociais. Em cada período, o “repertório de ação coletiva”<sup>18</sup> é completamente diferente, ou seja, as manifestações do XIX eram mais eficientes e organizadas do que as do século anterior.

Atualmente, os movimentos sociais e suas mobilizações pregam, segundo Tilly, o desenvolvimento da autonomia social, a ampliação dos espaços sociais e políticos abertos e democráticos e por instituições, de fato, representativas (GOHN, 2004). Assim, as novas formas de mobilização popular se revestem em: protestos, greves, pressões, manifestações populares – estilos de manifestações completamente diferentes e inovadoras se comparadas às dos séculos XVIII e XIX.

A explicação para as mudanças de atitude dos movimentos sociais e do repertório das ações coletivas estaria ligada ao desenvolvimento capitalista e industrial, como é basilar na citação:

Tilly vincula as mudanças nos repertórios de ação coletiva aos processos a longo prazo e em grande escala de mudança social, em especial o desenvolvimento do capitalismo nos Estados nacionais. Esses processos alteram de modo fundamental o contexto da contestação popular e, portanto, o conteúdo dos repertórios de ação coletiva (MONSMA, 1996, p. 20).

Em resumo, Charles Tilly delineia claramente em seus trabalhos as transformações ocorridas nas ações coletivas ao longo do tempo, mostrando a contínua mudança de postura dos atores sociais. Em outras palavras, houve o deslocamento do foco das mobilizações de trabalhos locais para as greves e os protestos nacionais e de conflitos ilegais para ações sociais toleradas (MONSMA, 1996).

---

<sup>18</sup> Esclarecendo o significado de “repertório de ação coletiva”, comenta Monsma: “um repertório é uma espécie de caixa de ferramentas cultural de que as pessoas servem para fazer reivindicações coletivas” (1996, p. 19).

## 6 A ação coletiva sob a perspectiva de Mancur Olson

Mancur Olson foi um dos grandes responsáveis pelas mudanças interpretativas que as ciências sociais norte-americanas vivenciaram nos anos de 1960, com a criação de uma nova corrente interpretativa denominada teoria da *mobilização de recursos*<sup>19</sup> (GOHN, 2004). O argumento desenvolvido contra a sociologia interacionista clássica norte-americana mostrava a fragilidade teórica das explicações pelo campo psicológico, bem como rejeitava conscientemente as explicações construídas ao abrigo dos comportamentos coletivos dos grupos sociais. Em outras palavras, Olson e sua teoria da mobilização de recursos não concebiam uma identidade coletiva irracional das ações coletivas, como queria o interacionismo simbólico.

De acordo com essa produção teórica, as explicações oriundas da Escola de Chicago eram superficiais e inconsistentes para explicar as motivações iniciais que desembocavam nas ações coletivas. Ou seja, não concordava com o realce dado pela Escola aos sentimentos individualizados que moviam as ações em grupo, como observa Gohn: “a nova teoria enquadrava as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal” (2004, p. 50).

No entanto, a grande inovação trazida por Olson foi enquadrar os movimentos sociais em grupos de interesses. Esse sentimento seria, talvez, a mola propulsora para organização e/ou estruturação dos movimentos sociais – o principal motivo para as mobilizações. Assim sendo, as ações coletivas, no seu sentido mais polissêmico, transformavam-se em “moedas de troca” para os atores envolvidos no processo, pois, como bem lembra Olson, a idéia de se promover quaisquer manifestações grupais é precedida de cálculos racionalmente elaborados com o intuito de vislumbrar os possíveis ganhos e benefícios que o ato pode proporcionar.

O modelo de análise pensado pelo autor pode ser classificado como utilitarista, uma vez que procurava, como fim, a realização de seus objetivos, fato que implicaria em decisões morais, políticas e econômicas para o indivíduo participante. Essa era uma lógica completamente racional, na qual os envolvidos estariam em constante interação dentro do grupo.

---

<sup>19</sup> Gohn (2004) observa que a teoria da mobilização de recursos (MR) começou discordando e rejeitando a tradicional concepção norte-americana dos movimentos sociais que associava todas as frustrações grupais a condições materiais e culturais dos envolvidos.

Fica nítido que Olson não trabalha com a noção de movimentos sociais, mas sim com as pessoas que formam grupos de interesses, que, cada vez mais, atraíam outras pessoas que buscavam ganhos e conquistas através dos grupos de interesse. Todavia, alerta o autor – em sua polêmica, mas importante e necessária obra “A lógica da ação coletiva” – quanto maior e diferente o grupo, mais fácil de organizar os interesses coletivos; quanto menor o grupo, mais difícil fica sua organização.

Os líderes seriam os responsáveis pelas conquistas dos grupos. Atuariam como administradores dos interesses dos participantes, convertendo-os em aquisições para aqueles que apostassem na promoção coletiva e pessoal. O sucesso das organizações, pela ótica de Olson, dependeria, invariavelmente, de sua formação hierárquica. A graduação social deveria ser respeitada, sendo que os líderes seriam os únicos e verdadeiros guias, responsáveis pelas mobilizações populares e pelas ações coletivas. As conquistas e as derrotas também deveriam ser creditadas aos comandantes.<sup>20</sup>

Por outro lado, as lideranças deveriam agir energeticamente, coagindo os membros de seu grupo para que, racionalmente, buscassem os resultados almejados pelo coletivo. Vale ressaltar que as formas de coerção não são necessariamente ostensivas ou violentas: em alguns casos elas se travestem de incentivos<sup>21</sup>, financeiros ou não, aos membros do grupo para que cumpram as determinações propostas para a consecução das metas iniciais.

Portanto, o autor avalia que grande parte dos integrantes de grupos de interesses não irá, em hipótese alguma, promover objetivos comuns por livre vontade. É preciso algum tipo de convencimento: físico ou financeiro. Admite que a coerção seja necessária até para situações em que exista unanimidade, dentro do grupo, sobre os caminhos a serem percorridos para atingir o objetivo proposto (OLSON, 1999).

O autor destaca que não é verdadeira a noção de que os membros de um determinado grupo de interesses irão agir racionalmente para atingir aquele determinado objetivo. Afirma Olson que nem todos os filiados correriam em uníssono e voluntariamente pelo

---

<sup>20</sup> Para Gohn: “os movimentos que teriam sucesso seriam aqueles que possuísem atributos de uma organização formal e hierárquica. Seus líderes eram seus organizadores: profissionais com dedicação integral ao trabalho e a capacidade para mobilização efetiva de suportes externos” (2004, p. 52).

<sup>21</sup> Para Olson, os incentivos dados individualmente aos componentes do grupo deveriam ser ganhos à parte daqueles que seriam conquistados, caso a mobilização tivesse pleno êxito.

bem comum. Para o autor, os sindicatos, enquanto associações coletivas, são os exemplos vivos.

O elemento coercitivo é preponderante e totalmente lícito para o crescimento de um sindicato, assegura Olson (1999). Segundo o autor, não é possível que trabalhadores dispersos e não-organizados criem um sindicato de base nacional. Por outro lado, um sindicato pequeno e bem estruturado possui enormes chances de se tornar grande. A explicação, ressalta Olson (1999), encontra-se no poder de coerção que as entidades exercem sobre seus filiados. Muitas vezes ela pode adquirir contornos de violência, sobretudo nos períodos de expansão dos sindicatos para o âmbito nacional (OLSON, 1999).

Almejando novas filiações, os sindicatos utilizam diferentes estratégias de atração de novos membros, entre elas a afiliação compulsória e os investimentos no trabalhador. Ao que parece, as metas foram alcançadas satisfatoriamente num primeiro momento:<sup>22</sup> os sindicatos tiveram um expressivo aumento de sua base de filiados. A aquisição de novos membros, além de fortalecer economicamente o sindicato, promoveu, também, um ganho político extremamente consistente, revelado no infindável aumento do número de greves vitoriosas nos Estados Unidos.

O autor observa que a afiliação compulsória é essencial para a manutenção dos sindicatos enquanto instituições duradouras e estáveis, e qualquer menção contrária seria falaciosa e inconsciente. As críticas são feitas, na maioria dos casos, por economistas profissionais, que fazem erroneamente associação com negócios privados e comuns (OLSON, 1999). A argumentação é construída no sentido de mostrar que a empresa deve, por obrigação, agradar a seus clientes, se quiser continuar atuando no segmento. O sindicato, por sua vez, deveria seguir o mesmo padrão de conduta, pois somente assim conseguiria satisfazer seus membros mais exigentes. A busca incessante do lucro não é uma exclusividade do mundo empresarial: é estimulante também para os trabalhadores. Por isso mesmo, a imposição de normatizações jurídicas pelo direito do trabalho poderia causar a morte dos sindicatos trabalhistas (OLSON, 1999). A relação é bem simples:

---

<sup>22</sup> Para Olson, "o sindicalismo norte-americano fez seu maior e mais duradouro avanço para uma escala nacional entre 1897 e 1904. Naquele período, o número de trabalhadores sindicalizados aumentou de 447 mil para 2,072 milhões [...]. E essa foi uma época de considerável prosperidade [...]. Os notáveis ganhos dos sindicatos em quadros de membros nesse período estiveram, além do mais, intimamente relacionados com a evolução da afiliação compulsória" (1999, p. 91).

Um trabalhador racional não irá contribuir voluntariamente para um (grande) sindicato que proveja uma benfeitoria coletiva, visto que ele sozinho não irá fortalecer perceptivelmente o sindicato e visto que iria desfrutar das vantagens das conquistas de qualquer sindicato tanto se o apoiasse quanto se não o fizesse (OLSON, 1999, p. 102).

Levantando mais uma vez a bandeira do sindicalismo compulsório, o autor mostra que é enganosa a premissa que esse tipo de política sindical não respeita a liberdade individual de seus filiados; pelo contrário. O que existe é uma confusão conceitual que associa a falta de liberdade individual com a coerção utilizada na busca e manutenção de serviços de caráter coletivo. Não há aí, enfatiza o autor, nenhuma infração de direitos do sindicalizado. Finalizando, Olson (1999) acredita que a crença já convencional e petrificada de que os sindicatos e as associações de trabalhadores não podem utilizar estratégias coercitivas é totalmente inadequada quando se trata da distribuição de benefícios coletivos e não coletivos.

Ao cotejar essa seleção de autores<sup>23</sup>, buscou-se evidenciar como um mesmo objeto pode ganhar interpretações diversas quando apreciado por prismas teóricos que assumem conotações próprias. É o caso, por exemplo, da produção norte-americana representada aqui pelas teorias clássicas e interacionistas da Escola de Chicago, pela sociologia histórica de Charles Tilly e pela teoria da Mobilização de Recursos de Olson. Noutra vertente, tem-se a Escola Européia, em especial a corrente alemã de Claus Offe e a de Karl Marx.

Ao se eleger as ações coletivas sindicais como tema central desta pesquisa, especificamente aquelas denominadas de sindicato cidadão e fusão sindical, realizadas pelo Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro), optou-se por abordar, num primeiro momento, a construção dos paradigmas responsáveis pela orientação dos estudos vinculados ao mundo do trabalho e a mobilização dos atores sociais.

Assim, como significativo e imprescindível critério para estudar o movimento sindical e suas respostas ao atual cenário, foi necessário, neste primeiro momento, elaborar táticas que complementassem satis-

---

<sup>23</sup> É sabido que toda seleção é excludente. Dessa forma, muitos estudiosos que se dedicam ao tema não foram contemplados, o que não quer dizer que seus trabalhos sobre ação coletiva e mobilização social não sejam importantes, pelo contrário. A escolha desses nomes (Escola de Chicago, Karl Marx, Claus Offe, Charles Tilly e Mancur Olson) ocorreu por representarem diferentes visões sobre o mesmo tema — inclusive do ponto de vista geográfico — que, em alguns casos, são até mesmo contraditórias.

fatoricamente, enriquecendo o debate sobre as relações trabalhistas e sindicais na atualidade. Em outras palavras, não é possível conceber o movimento sindical, internacional ou nacional, sem mencionar suas lutas e ações em prol da categoria a qual representa. Portanto, o sindicalismo é o palco privilegiado das ações coletivas e mobilizações classistas, daí a necessidade de se apresentar algumas análises sobre os movimentos sociais e suas ações coletivas. O estudo sobre os movimentos sindicais não ficaria completo, e muito menos consistente, caso não fossem contempladas as teorias sobre ação coletiva.

A opção por trabalhar com autores que discutem a ação coletiva nas suas múltiplas facetas aparece como base para esta pesquisa, principalmente no que se refere às duas propostas de ação coletiva pensadas pelo Sindieleito: sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos. Cada um desses fenômenos é analisado empiricamente de acordo com as teorias e seus respectivos autores, facilitando, dessa forma, a compreensão das respostas organizadas pelo Sindicato dos Eletricistas de Minas Gerais.

As teorias sobre ação coletiva contribuem para pensar o campo de pesquisa a partir de diferentes óticas que, em determinados momentos, se completam, formando um arcabouço teórico e conceitual interessante, colaborando para o amadurecimento do campo de pesquisa. Por outro lado, é evidente que foram feitas opções preferenciais com a intenção de acurar ainda mais a observação dos fenômenos empíricos. Tais escolhas serviram de referência para o desenvolvimento deste trabalho.

## Referências

BOTTOMORE, TOM. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e prática** (Tomo II). São Paulo: Brasiliense, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HIRANO, Sedi. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MONSMA, Karl. Introdução. In: TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 2001.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior  
E-mail: jomelojunior@hotmail.com

Artigo recebido em maio/2007.  
Aprovado em agosto/2007.